



423

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 331195-3

Recorrente: Rhoberson Luiz dos Santos

Advogado: Dr. Joaquim Pinto Lapa Filho

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Procurador de Justiça: Dr.^a Judith Pinheiro Silveira Borba

Comarca de Carpina – 1ª Vara Criminal (processo nº 0001615-08.2012.8.17.0470)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO, EM CONCURSO MATERIAL COM OS CRIMES DE ESTELIONATO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER [ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, E ARTIGOS 171 (DUAS VEZES) E 211, TODOS DO CPB]. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DO DELITO DE ESTELIONATO. INVIABILIDADE. COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA COM RELAÇÃO AOS TRÊS CRIMES. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. DECISÃO MANTIDA.

1. A morte da vítima, dependente do cartão de crédito, não torna necessariamente atípica a conduta atribuída ao réu. Em tais casos, passa a ser vítima a empresa operadora do cartão, a titular do cartão ou os herdeiros do falecido.
2. Se o recorrente tinha ou não recebido autorização da vítima para utilizar o cartão de crédito desta, tal só pode ser decidido pelo Tribunal do Júri, ao qual compete exclusivamente julgar os crimes dolosos contra a vida, bem assim os demais delitos que porventura estejam a eles vinculados, seja por conexão, seja por continência.
3. Assim como se entrevê, no caso concreto, a possibilidade de o recorrente ter cometido os crimes de homicídio duplamente qualificado e ocultação de cadáver, assim também vislumbra-se, em seu desfavor, a presença de indícios suficientes de autoria com relação ao crime de estelionato.
4. Recurso não provido. Decisão unânime.



424

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 331195-3, da Comarca de Carpina, em que figuram as partes epigrafadas. Acordam unanimemente os desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 18/06/2014, em **negar provimento** ao presente recurso em sentido estrito, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 18 de 06 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva,
Desembargador Relator



418
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 331195-3

Recorrente: Rhoberson Luiz dos Santos

Advogado: Dr. Joaquim Pinto Lapa Filho

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Procurador de Justiça: Dr.^a Judith Pinheiro Silveira Borba

Comarca de Carpina – 1ª Vara Criminal (processo nº 0001615-08.2012.8.17.0470)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto por Rhoberson Luiz dos Santos contra a decisão de fls. 378 a 381, prolatada pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Carpina, Dr. Júlio Olney Tenório de Godoy, em que foi pronunciado pelo suposto cometimento de homicídio duplamente qualificado, em concurso material com o crime de estelionato (duas vezes) e ocultação de cadáver (art. 121, § 2º, incisos II e IV; art. 171, *caput*, e art. 211, todos do CPB).

Inconformado com a decisão supramencionada, o acusado recorreu em sentido estrito (fls. 395 a 398), pugnando, em síntese, pela exclusão do crime de estelionato, sob o argumento de que "**o fato não se enquadra no tipo previsto no art. 171 do Código Penal.**" (*sic*, fl. 396 *in fine*).

Contra-arrazoando (fls. 401 a 403), o Dr. Fernando Falcão Ferraz Filho, Promotor de Justiça com atuação na comarca de origem, rebateu as alegações do recorrente e requereu a negativa de provimento ao recurso, com a manutenção do *decisum* de pronúncia.

O juiz pronunciante manteve sua decisão (despacho de fl. 405).

Nesta instância, a Dr.^a Judith Pinheiro Silveira Borba, 11ª Procuradora de Justiça, emitiu seu parecer pelo "**total improvimento do recurso**, encaminhando o pronunciado a Julgamento pelo Tribunal do Júri do distrito da culpa..." (fls. 414 e 415).

Está feito o relatório.

Inclua-se na pauta de julgamento.

Recife, 03 de 06 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva,
Desembargador Relator



158
425

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 331195-3

Recorrente: Rhoberson Luiz dos Santos
Advogado: Dr. Joaquim Pinto Lapa Filho
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Dr.^a Judith Pinheiro Silveira Borba
Comarca de Carpina – 1ª Vara Criminal (processo nº 0001615-08.2012.8.17.0470)
Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Senhor Presidente,
Senhor Desembargador,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça:

VOTO

Conforme vimos no relatório, o réu **Rhoberson Luiz dos Santos** foi pronunciado por suspeita de ter cometido o crime de homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB, em concurso material com os delitos de estelionato (art. 171, *caput*, do CPB) e ocultação de cadáver (art. 211 do CPB).

Cumprе esclarecer que, de acordo com a denúncia, o principal crime cometido pelo réu foi o de latrocínio (art. 157, § 3º, última parte, do CPB), e não o de homicídio qualificado. Só depois de encerrada a instrução é que o juiz do feito desclassificou o crime de latrocínio para o de homicídio duplamente qualificado, por entender que a prova dos autos revela indícios de autoria deste crime, e não daquele.

As partes não se insurgem quanto a isso.

A inicial acusatória (fls. 3 e 4) narra, em síntese, o seguinte:

"Na noite do dia 22 de abril de 2012, nas redondezas desta cidade, o denunciado matou a vítima JOÃO JOSÉ AVELINO BARBOSA para subtrair a quantia de R\$ 1.000,00, bem como o cartão de crédito da mesma. Posteriormente, o denunciado colocou a vítima já sem vida na mala de seu veículo e o escondeu no meio de uma plantação de cana-de-açúcar na zona rural de Nazaré da Mata, ocultando o cadáver.

Nos dias subsequentes, utilizando-se de fraude, efetuou diversas compras no comércio local com o cartão de crédito da vítima, obtendo vantagem ilícita, falseando sua identidade. O denunciado comprou um modem para notebook por R\$ 109,00 na Loja Dois Irmãos Cll, em Paudalho, e comprou outro bem na, Loja Insinuante por R\$ 178,90.

Conforme apurado, denunciado e vítima eram muito apegados, havendo fortes indícios de que mantinham relacionamento homossexual. No dia do crime, estavam bebendo juntos numa barraca em Sítio Serrarias, zona rural de Lagoa do Carro, quando se desentenderam, pois o denunciado agrediu a vítima no braço.



426

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Após, denunciado e a vítima ainda foram vistos em um posto de gasolina em Lagoa do Carro, mas depois a vítima não foi mais vista.

Em outra oportunidade, a vítima tinha entregue a quantia de R\$ 1.200,00 ao denunciado para pagar um boleto bancário do CREDIAMIGO do Banco do Nordeste, mas este efetuou o pagamento de apenas R\$ 200,00, tendo possivelmente se apropriado do restante da quantia.

Há indícios ainda de que o denunciado tenha subtraído um notebook de propriedade da vítima.

Cabe destacar que, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, a identidade da vítima foi encontrada na residência do denunciado. (...)"

A única pretensão do recorrente é o afastamento do crime de estelionato, conexo ao homicídio duplamente qualificado.

Segundo o recorrente, as circunstâncias do caso concreto não se coadunam com o ilícito descrito no art. 171 do CPB, uma vez que "esse tipo de crime só tem como vítima pessoa, alguém". Afirma, assim, que, estando já morta a vítima, não se pode conceber a possibilidade de cometimento de estelionato contra ela, "porquanto já não era mais 'alguém', pronome específico para a pessoa viva" (sic, fl. 396).

Ao contrário dos argumentos acima aduzidos, a morte da vítima João José Avelino Barbosa, dependente do cartão de crédito de bandeira Visa (fl. 18), não torna necessariamente atípica a conduta atribuída ao réu, pois que, em tais casos, passa a ser vítima a empresa operadora do cartão, a titular do cartão ou os herdeiros do falecido, como bem salientou o Promotor de Justiça em suas contra-razões de recurso (fl. 402).

Sobre a utilização fraudulenta ou indevida de cartão de crédito de pessoa já falecida, num caso similar, *mutatis mutandis*, trago à colação este excerto jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Rio Grande de Sul: ✓

"CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS IMPUTADOS AOS RÉUS D. E J. H. ESTELIONATO. A conduta imputada aos réus D. e J. H. se subsume ao tipo penal descrito no artigo 171 do CP. Na hipótese, os acusados efetuaram o pagamento dos bens com o cartão bancário roubado, circunstância que era do conhecimento de ambos. E os saques foram autorizados pelos comerciantes e pela instituição financeira, assim os sendo tão-somente porque os agentes deram aparência de realidade às operações fraudulentas realizadas com a senha do titular (igualmente obtida de forma ilícita), antes mesmo de vir à tona a notícia do desaparecimento e morte da vítima. (...)" (Apelação Crime Nº 70051010833, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 11/12/2013).

Ora, se o recorrente tinha ou não recebido autorização de João José Avelino Barbosa para utilizar o cartão de crédito deste, tal só pode ser decidido pelo Tribunal do Júri, ao qual compete exclusivamente julgar os crimes dolosos contra a vida, bem assim os demais delitos que porventura estejam a eles vinculados, seja por



427

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

conexão, seja por continência.

Não percamos de vista, afinal, que, na fase do *jus accusationis*, uma vez comprovada a materialidade e havendo indícios suficientes de autoria, a pronúncia do acusado se impõe, pois nesse momento processual prevalece o postulado *in dubio pro societate* e não o princípio *in dubio pro reo*.

Em suma, assim como se entrevê, no caso concreto, a possibilidade de o recorrente ter cometido os crimes de homicídio duplamente qualificado e ocultação de cadáver, assim também vislumbra-se, em seu desfavor, a presença de indícios suficientes de autoria com relação ao crime de estelionato, de forma que tenho como acertada a decisão de admissibilidade, exatamente nos termos em que foi prolatada. –

Por todo o exposto, e de acordo com o parecer da ilustre Procuradora de Justiça, **nego provimento** ao recurso em sentido estrito, mantendo o decreto de pronúncia, para que o recorrente Rhoberson Luiz dos Santos seja submetido ao julgamento do Tribunal do Júri da Comarca de Carpina.

Recife, 18 de 06 de 2014.


Antonio Carlos Alves da Silva,
Desembargador Relator